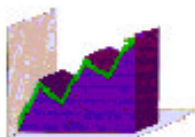


Correio Sindical Mercosul

Serviço de Notícias

1º. de Maio de 2000

Índices



Trabalho e Movimento Sindical

1º. de Maio – greves, manifestações e ocupações de terras

Reforma laboral y política industrial

Exclusão Social

Mercosul

Empresas e Setores

Relações Externas

Notas e Correspondências

Apoio

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

Edição



Consultoria Econômica e Social

Trabalho e Movimento Sindical

1º. de Maio – greves, manifestações e ocupações de terras

Caminhoneiros brasileiros em greve

O presidente do MUBC (Movimento União Brasil Caminhoneiro), Nélio Botelho, disse que cerca de 650 mil caminhoneiros já haviam paralisado ontem suas atividades e não aceitam mais carregamentos, prontos para aderir à greve a partir de 0h. Isso representa, segundo ele, de 60% a 70% do total de um milhão de caminhoneiros do país.

Segundo Botelho, os caminhoneiros estão estacionados em postos, voltando para suas cidades de origem ou parados em casa. "Para nós, a greve já começou", afirmou. No posto que serve de sede do MUBC na rodovia Presidente Dutra, no Rio, havia ontem cerca de 180 caminhões parados.

Os caminhoneiros têm uma pauta de 11 reivindicações, incluindo aposentadoria especial, redução da pontuação por infrações de trânsito e mudança do sistema de pesagem de carga. O ponto nevrálgico na greve é a cobrança de pedágio nas rodovias. Os caminhoneiros pagam de R\$ 3 a R\$ 4,80 por eixo. Segundo os cálculos dos caminhoneiros, numa viagem do Rio para São Paulo eles chegam a gastar quase R\$ 400 com custos de frete, pedágio, manutenção e alimentação. Eles também reclamam de corrupção de policiais rodoviários federais e de falta de segurança nas estradas.

Botelho afirmou que em alguns Estados, como o Rio Grande do Sul, a adesão já é de 90%. Na região Sul, segundo ele, os postos de gasolina nas estradas vão fechar para abrigar os caminhoneiros. (FSP, 01/05/2000)

Federações Rurais programam 71 invasões no dia 1º de Maio

Federações de trabalhadores na agricultura anunciaram ontem que vão promover 71 invasões de terra em áreas que eles consideram improdutivas, em 12 Estados. As ações devem ocorrer no feriado da próxima segunda-feira, dia 1º de Maio (Dia do Trabalho), batizado de Dia Nacional de Ocupações de Terras. Até o final do mês, os trabalhadores rurais pretendem invadir 120 áreas em todo o país. Entre 10 mil e 12 mil famílias, pelos cálculos das federações, estão mobilizadas para participar das ações.

As invasões têm apoio da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e foram anunciadas apenas um dia após de a entidade ter entregue pessoalmente ao presidente Fernando Henrique Cardoso a pauta de reivindicações do Grito da Terra Brasil 2000. "O processo de negociação das nossas reivindicações não tem nada a ver com a programação de ocupação de terras, que mostra que ainda temos um lado em que é necessário avançar, que é o dos movimentos sociais", afirmou o presidente da Contag, Manoel dos Santos. Para Santos, a decisão de invadir as terras é das federações estaduais "que têm necessidades próprias, pois o processo de reforma agrária, especialmente os das desapropriações, entrou num ritmo lento".

Segundo Sebastião Rocha, secretário de Política Agrária da Contag e coordenador do dia de protesto, das 71 ações previstas, 40 ocorrerão no Estado. Ele teme reações violentas por parte dos proprietários rurais e da Polícia Militar de Pernambuco. Outra área que preocupa é a do Triângulo Mineiro. No dia 1º estão previstas invasões nos Estados de Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Tocantins, além do Distrito Federal. Também estão sendo organizadas pelas federações ligadas à Contag outras 14 invasões de terra na Bahia, Piauí e Sergipe durante o mês de maio.

No dia 11 de maio, na marcha do Grito de Terra Brasil 2000, em Brasília, a Contag quer reunir 10 mil trabalhadores rurais na cidade para cobrar do governo a pauta de reivindicações apresentada dia 27/04. (FSP, 29/04/2000).

Centrais Sindicais promovem shows para comemorar o 1º. de Maio e reivindicar jornada menor

Para comemorar o 1º. De maio as duas maiores centrais sindicais brasileiras – CUT e FS – querem reunir 600 mil pessoas (somando os dois atos) em São Paulo e no ABC. As centrais usarão estratégias opostas. Em eventos separados, a principal bandeira levantada será a mesma: redução da jornada de trabalho de 44 para 40 hs semanais.

A Força Sindical realiza um mega show e sorteio de cinco apartamentos, dezenas de autos e móveis para casa. A CUT informa que não distribuirá nada. "Ato público não é leilão" afirma Marinho, presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC. Mas além do ato político a CUT promoverá show com a presença de cantores como Chico Buarque, Jorge Bem Jô, Zé Geraldo, em comemoração aos 20 anos do 1º. de Maio da Vila Euclides (S. Bernardo do Campo) que reuniu mais de 100 mil pessoas para protestar contra a repressão do então governo militar às greves dos metalúrgicos dessa região.

A CGT realiza um show com cantores populares no Parque do Ibirapuera. (FSP, 30/04 e 01/05/2000)

La CTA convoca para el 1º de Mayo

La Central de Trabajadores Argentinos (CTA) convocó a un acto que se realizará el 1º de Mayo próximo en el club portugués de La Matanza, en el que Víctor de Gennaro será el principal orador.

Con la consigna "Trabajo para todos", la mesa nacional de la CTA llamó a participar del encuentro en el Día del Trabajador. (Crónica, 24-04).

La CGT rebelde protestó y llamó a una huelga para el 5 de mayo

En un discurso de no más de 15 minutos, el jefe de la CGT disidente, Hugo Moyano, anunció un paro general para el 5 de mayo, repartió críticas e invitó rápidamente a las 20.000 personas que reunió a que se desconcentraran en paz.

Por unas horas convivieron sindicatos de la CGT rebelde (colectiveros, mecánicos, albañiles, taxistas) con los gremios de la CTA de Víctor De Gennaro (docentes, estatales), el jujeño Carlos "Perro" Santillán y sus seguidores y partidos de izquierda. (Clarín, 27-04).

Protesta de los gremios aeronáuticos

Trabajadores afiliados a los seis principales gremios aeronáuticos concretaron ayer por la tarde un verdadero raid de protesta por el centro porteño para solicitar al Gobierno que "asegure la viabilidad de Aerolíneas Argentinas (AA), Austral y sus empresas controladas" y alertar a la opinión pública sobre "el vaciamiento" que enfrentan esas compañías y el peligro que ello supone para su operatividad.

El plan de salvamento de Aerolíneas Argentinas y Austral que el Estado español -su principal propietario- le presentará al gobierno argentino a fin de mayo exigirá el despido de 1549 personas, sobre un plantel de 5000 agentes, y que el Estado argentino mejore dramáticamente las condiciones de competencia a favor de la empresa.

El proyecto fue encargado por la nueva gerencia española en febrero último, luego de desplazar a los representantes de American Airlines (socio minoritario) y dar por terminado - con fuertes críticas- un plan de negocios que se apoyaba en la ampliación de flotas y rutas. Fue elaborado por la firma Boston Consulting Group. El plan es por tres años y persigue el propósito de sanear las cuentas de las empresas, que arrastran un pasivo de 860 millones de dólares, para después salir a la oferta pública o buscar inversores. El proyecto es calcar la experiencia de Iberia, también bajo la órbita del Estado español El proyecto del Boston

Consulting Group -que ya conocen funcionarios nacionales a pesar de que ninguno ha emitido una opinión al respecto- afirma que es el único programa posible y que, de alejarse de ese modelo, se confirmaría la inviabilidad empresarial de las compañías aéreas argentinas. (*La Nación*, 28-04).

PIT-CNT realiza su primera medida contra el nuevo gobierno

La Mesa Representativa del PIT-CNT de Uruguay, resolvió en la noche de ayer la realización de un paro general de 24 horas, para el próximo 8 de junio.

La falta de soluciones para varios conflictos que se vienen desarrollando, entre los que se incluye la crisis del sector de la salud en el que se están produciendo numerosos despidos, la falta de políticas de fomento del empleo, la exclusión social, el presupuesto nacional, la ley de urgencia presentada por el gobierno recientemente en el Parlamento, así como los derechos humanos.

Estos temas también serán el eje de la proclama que viene siendo preparada para ser divulgada en el acto de conmemoración del Día de los Trabajadores, el próximo 1º de Mayo. (*Corresponsal en Montevideo*, 28/04/00)

Sindicatos se movilizan en Paraguay

Los sindicatos del sector público de Paraguay instalaron en la plaza ubicada frente a la Cámara de Diputados, la "Carpa de la Resistencia y Lucha contra la Privatización", para expresar el descontento que existe entre el funcionariado público, acerca del tema de la Reforma del Estado y las privatizaciones que contempla.

Los gremios involucrados pertenecen a las empresas de energía eléctrica ANDE, telecomunicaciones ANTELCO, de aguas CORPOSANA, la productora de cemento INC y Petropar importadora y distribuidora de combustibles.

Por otro lado las Centrales Sindicales CUT, CNT, CPT, CESITEP y CGT se hallan embarcada en la organización de una huelga general para el próximo 4 de mayo, en demanda de solución a los problemas sociales como el desempleo y la cuestión campesina.

La Internacional de Servidores Públicos, ISP que aglutina a 20 millones de funcionarios públicos en todo el mundo, ha enviado un mensaje de apoyo a la posición de los sindicatos estatales, además de brindar su apoyo a las movilizaciones previstas. (*Corresponsal en Paraguay*, 28/04/00)

Trabalhadores de universidades paulistas entram em greve

Professores e funcionários da USP e da Unesp, em São Paulo, entram hoje em greve por tempo indeterminado. Os trabalhadores de outra universidade pública paulista, a Unicamp já começaram a greve ontem. Todos fazem parte do Fórum das Seis, que reúne representantes da USP, Unesp, Unicamp e do Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia pública que administra as FATECs (faculdades de tecnologia).

A campanha salarial das categorias começou em abril e tem data-base em maio. De acordo com cálculos sindicais, as perdas salariais já chegaram a 33% desde 1995. Os trabalhadores reivindicam 25% de reajuste nos salários e a criação de um gatilho para reajuste automático toda a vez que a inflação acumulada atingir 5%. (*Agencia CUT*, 26.04.00) ([regressar](#))

Reforma laboral y política industrial

Visiones contrapuestas sobre el proyecto de Reforma Laboral

Para el Gobierno, el nuevo régimen laboral garantiza las condiciones para la creación de empleo estable, al extender el período de prueba, y descentraliza la negociación de los convenios colectivos de trabajo (no se renovarían más en forma automática), con lo que se le recortará poder a los sindicatos nacionales. Todo ello creará condiciones para la inversión y, por lo tanto, para la creación de empleo.

Según la CGT disidente, en cambio, esas condiciones significan un paso hacia un sistema laboral que permita que la renegociación de los convenios colectivos deriven rebajas de salarios; peores condiciones laborales, y menos beneficios sociales.

Los puntos clave son:

Artículo 1º. Período de prueba. Será de 3 meses, con posibilidad de ampliarlo a 6. Se puede extinguir la relación sin preaviso ni despido. Según el sector sindical, es tan amplio que implica la inestabilidad laboral y reedita los modos de contratación precaria ("contratos basura").

Artículo 2. El empleador que incorpore trabajadores por tiempo indeterminado gozará de reducción de aportes patronales.

Artículo 3º. Se establecen subsidios para sueldos para contratación de desocupados de 45 años o más.

Los artículos 1, 2 y 3 promueven las condiciones para el empleo estable, según el argumento del Gobierno. Para los detractores de la ley, éso es una falacia, porque un empleador no toma más trabajadores si no se dan otras condiciones de rentabilidad.

Artículo 25. Un convenio menor prevalecerá sobre otro mayor. Pero el sindicato mayor puede participar en la negociación del convenio menor. Si hay controversia entre ambos, se resuelve de acuerdo con lo previsto en los estatutos. Si aún persistieran las diferencias, prevalecerá la voluntad de la entidad menor. El PJ colocó obstáculos para dificultar al máximo la vigencia del convenio menor.

El sindicalismo disidente sostiene que la preponderancia del convenio menor permite la negociación a la baja de salarios y con peores condiciones laborales. En el régimen actual prevalece el convenio mayor (nacional o de actividad). Según el Gobierno, esto es positivo porque descentraliza la negociación y recorta poder a los sindicatos nacionales.

Artículo 26. El nuevo convenio podrá modificar o anular derechos del anterior. Esto afecta los derechos adquiridos, según la CGT disidente.

Artículo 28. Caen los convenios colectivos anteriores a 1988 y obliga a renegociarlos. Los convenios siguen vigentes por dos años, mientras se abren negociaciones. Si no hay acuerdo, a pedido de cualquiera de las partes, se somete a arbitraje. Si no se acepta el arbitraje, caen los puntos de los convenios en disputa.

Para el sindicalismo opositor, el arbitraje es una trampa, porque nunca preservará el 100% del convenio sino sólo una parte. Si hay acuerdo, en el nuevo convenio los salarios básicos iniciales de cada categoría no podrán ser inferiores a los del convenio mayor. Eso no sirve, según los opositores, porque sólo se mantiene el salario básico inicial y por dos años. La CGT disidente sostiene también que el empleado podrá perder gran parte de sus beneficios sociales, condiciones laborales y remuneraciones adicionales.

Artículo 29. Los convenios posteriores a 1988 pueden negociarse durante dos años. Si no hay acuerdo, a pedido de cualquiera de las partes, se someterá a un arbitraje. Si no se acepta, el convenio pierde vigencia y sólo se mantienen las cláusulas salariales. En la actualidad, en tanto, tanto los convenios anteriores como los posteriores a 1988 (ley 23.545) se negocian por acuerdo de partes y si hay desacuerdo se prorrogan en forma automática (ultraactividad). (La Nación, 28-04).

Metalúrgicos brasileiros fazem carreata pedindo Renovação da Frota de autos

Enquanto brasileiros e argentinos negociavam em Buenos Aires a conclusão do acordo automotivo, cerca de 300 metalúrgicos participavam de uma carreata, em São Paulo, para pedir a aprovação do programa nacional de renovação da frota de veículos. Organizada pela CUT e pela Força Sindical, a manifestação incluiu o desfile de 150 carros em estado precário de conservação, numa alusão ao programa que prevê a substituição dos veículos com mais de 15 anos de uso.

Com início na Avenida Paulista, a carreata terminou no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo paulista, onde os líderes sindicais foram recebidos pelo governador Mario Covas, que

apóia o programa. (*O Globo*, 27.04.00)

Sindicalistas não crêem em melhoria com a fusão da Transbrasil e Tam

Os representantes dos funcionários das companhias aéreas vêem com ceticismo o acordo que está sendo firmado entre a TAM e a Transbrasil. Para Selma Balbino, presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, o acordo, "além de não resolver os problemas estruturais da aviação brasileira, vai resultar em demissão de funcionários".

Segundo Selma, as afirmações das companhias de que o acordo não inclui planos de demissão de funcionários não a convencem. "Isso as empresas sempre decidem na calada da noite. Reestruturação sempre acaba sendo sinônimo de demissão", diz.

A presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio, não acredita que as empresas demitam funcionários devido ao acordo. Mas ela avalia que ele não resolverá o problema das companhias. Ela também afirma que apenas mudanças estruturais podem resolver a crise das empresas aéreas. "É preciso diminuir impostos, reduzir custos e implementar uma política séria de desenvolvimento do turismo no Brasil", diz. (*FSP*, 29/04/2000) ([regressar](#))

Exclusão Social

Índios protestam na missa dos 500 anos

Os índios pataxós protestaram hoje pela manhã, durante a realização da missa de ação de graças pelos 500 anos de colonização do Brasil. Os índios subiram ao altar da missa com uma faixa negra em protesto contra a violência a manifestantes no sábado, em Porto Seguro.

"Essa terra é nossa e vocês não sabem respeitar. Nosso povo foi dizimado como os pajés previam. Foram 500 anos de preconceito, dizimação, violência. Hoje, querem afirmar a qualquer custo a mentira do descobrimento", disse o índio pataxó Matalauê, num discurso feito durante a missa. Matalauê também criticou a violência de sábado e disse: "impediram nossa marcha com tropas de choque e bombas de gás".

O presidente Fernando Henrique Cardoso não compareceu à missa e mandou em seu lugar o vice Marco Maciel, temendo ser alvo de críticas e protestos. Os fiéis aplaudiram Matalauê após o discurso. (*Agência CUT*, 26.04.00)

Brasil: 500 anos de exclusão social

1. Um rico ganha o mesmo que 50 pobres

Num Brasil marcado pela concentração de renda, um rico ganha o mesmo que 50 pobres: o 1% mais rico da população detém 13,8 % da renda total, e os 50% mais pobres, 13,5% do bolo. Os dados constam da Síntese de Indicadores Sociais 1999 do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Revelam um país de desigualdades econômicas, sociais, raciais e regionais.

O chefe do Departamento de Pesquisa e Indicadores Sociais do IBGE, Luiz Antônio de Oliveira, disse que a concentração de renda no país se mantém estável e muito alta. O índice de Gini, que mede a concentração de renda, era de 0,575 em 1998. Quanto mais essa taxa se aproxima de 1, mais concentrada é a renda. Uruguai, Costa Rica e Peru, por exemplo, têm distribuição de renda menos iníqua que a verificada aqui. Segundo dados da ONU de 1998, o índice desses países é 0,43, 0,46 e 0,46, respectivamente. Em 1988, o índice de Gini para o Brasil era 0,613. Os 50% mais pobres ganhavam 12% dos rendimentos, e o 1% mais rico, 14,2%. "Essa redução do índice de Gini é muito insignificante, então consideramos que a concentração de renda é estável", afirmou Oliveira.

Discriminação racial - a média de vencimento mensal é de 2,61 salários mínimos (R\$ 394,11) para um pardo, 2,71 (R\$ 409,21) para um negro e 5,6 (R\$ 845,60) para um branco. Enquanto um branco tem, em média, 7,5 anos de estudo, negros e pardos têm 5,1 anos. O analfabetismo também é maior entre negros (21,6%) e pardos (20,7%) do que entre brancos

(8,4%). Entre brancos, é de 5,7% o percentual de empregadores, que têm mais rendimentos e prestígio. (FSP, 29/04/2000)

2. Governo quer cortar pela metade bolsa contra trabalho infantil

O governo FHC decidiu cortar pela metade o valor das bolsas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para as famílias que têm apenas um filho. Só em Pernambuco, onde está concentrada a metade das 145 mil crianças atendidas pelo programa, 37.294 delas vão receber metade do que ganhavam, segundo estudo do governo do Estado. No Mato Grosso do Sul, 5.000 crianças que trabalhavam em carvoarias também vão ganhar 50% a menos.

A Secretaria de Assistência Social, que coordena o programa, diz não saber quantas crianças serão afetadas pela redução em todo o país. Segundo ela, o valor médio da bolsa já era de R\$ 25. Só o corte em Pernambuco, porém, corresponde a 26% das crianças atendidas no país. Somadas às crianças do Mato Grosso do Sul, a redução atinge 29,2% dos beneficiados pela bolsa.

O corte do valor da bolsa não é a única mudança no programa. Até o ano passado, as crianças recebiam a bolsa dos 7 aos 14 anos, o que garantia que concluíssem os oito anos do ensino fundamental. Segundo os novos critérios, a criança terá direito à bolsa por dois anos, renováveis por mais dois. Ou seja, uma criança que entrou no programa aos 7 anos terá de sair aos 11.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil começou em 1996 no Mato Grosso do Sul, onde conseguiu tirar cerca de 5.000 crianças das carvoarias e plantações de mate. No ano seguinte, foi estendido a Pernambuco e Bahia. O alvo eram as crianças que trabalhavam em canaviais, em Pernambuco, e no beneficiamento do sisal e em pedreiras, na Bahia.

Haverá corte também na verba da chamada jornada complementar -período além das aulas em que as crianças têm atividades recreativas e reforço escolar. Até o ano passado, o governo federal desembolsava R\$ 25 por criança para a jornada complementar. O dinheiro ia para os municípios. Agora, o valor caiu para R\$ 20.

O corte no valor da bolsa pode reduzir o alcance no programa em Ariquemes (RO), segundo Roseli Krüger, coordenadora da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil no município. Em Ariquemes, 263 crianças que trabalhavam em um garimpo de cassiterita recebiam R\$ 50 por mês. "Os pais já disseram que vão tirar os filhos da escola se a bolsa abaixar para R\$ 25. Esse valor a criança consegue em um dia de trabalho se se esforçar", diz ela. Na região do sisal, no norte da Bahia, onde as crianças já recebiam R\$ 25 por mês, a perda será para as prefeituras. "Tem município que terá perdas de quase R\$ 100 mil por mês. É um desastre para a economia regional", diz Naidison Baptista, secretário do Movimento de Organização Comunitária e membro da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil. ([regressar](#))

Mercosul

Brasil e Argentina avançam nas negociações macroeconômicas

O acordo de convergência macroeconômica, considerado prioridade do Mercosul pelo presidente Fernando Henrique Cardoso desde o ano passado, finalmente saiu do papel, na Declaração de Buenos Aires, anunciada ontem na capital argentina pelos ministros da Fazenda, das Relações Exteriores e da Defesa do Brasil e da Argentina.

O ministro da Fazenda brasileiro, Pedro Malan, e o ministro da Economia argentino, José Luis Machinea, anunciaram que, a partir de março de 2001, serão estabelecidas metas para o déficit fiscal e para a dívida pública.

Em setembro, os dois países passarão a publicar as estatísticas do déficit e da dívida com metodologias idênticas. Os técnicos dos dois países já estabeleceram as diferenças entre o cálculo das estatísticas, que não serão utilizadas nos acordos com o FMI, e vão adequá-las nos próximos meses. Os dados da balança comercial serão os próximos a serem harmonizados. Embora as metas sejam estabelecidas em março, os países terão um prazo para poder ajustar seus índices. Segundo o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcos Caramuru de Paiva, "é muito cedo para saber em que prazo os países terão de cumprir a meta".

O principal objetivo da decisão é ganhar credibilidade dos empresários e investidores. "O acordo é uma demonstração do compromisso dos governos com o ajuste fiscal, mesmo na ausência de acordos com o FMI e órgãos internacionais", disse Caramuru. Além do efeito de credibilidade, apontado por ambos os lados, o acordo tem uma importância simbólica para o processo de integração entre Brasil e Argentina: marca o relançamento do Mercosul, após várias semanas de negociações entre os dois países. Segundo Caramuru, os representantes dos dois países estão convencidos de que é possível usar as metas fiscais e de dívida pública mantendo as diferentes políticas monetárias e cambiais.

Dentro do espírito de relançamento, os chanceleres dos dois países, Luis Felipe Lampreia (Brasil) e Adalberto Giavarini (Argentina), enfatizaram a cordialidade entre os dois países. A cordialidade, no entanto, foi marcada por divergências. O Brasil não conseguiu convencer a Argentina a negociar uma política comum de defesa comercial (regras para adotar medidas antidumping e contra subsídios).

Fonte da diplomacia brasileira disse que esse será um tema de forte divergências entre os parceiros no próximo semestre. (FSP, 29/04/2000)

Outros temas

Malan e seu colega Jose Luis Machinea, titular do Ministério da Economia, também conversaram sobre a chamada coordenação macroeconômica, um tema definido como "aborrido" até mesmo pelos diplomatas e que pretende definir regras conjuntas de cálculos de índices como o Produto Interno Bruto (PIB), déficit público e outros. Mas é importante para que cada país conheça exatamente as dificuldades do vizinho. Este é um momento em que reina a paz nas discussões comerciais entre os principais sócios do Mercosul, Brasil e Argentina, e a idéia é aproveitar o momento para se avançar na integração em diferentes setores e, depois, dependendo dos casos, convidar Paraguai e Uruguai à mesa - postura que vem gerando protestos na diplomacia e empresariado dos dois menores países. (Jornal do Brasil, 26.04.00)

Lo que todavía esta pendiente

El punto saliente fue la participación que tendrán los gobiernos para solucionar las controversias que mantienen varios sectores, como calzados, textiles, siderurgia, lácteos y otros productos alimenticios. En este aspecto, Argentina postula que los empresarios de ambos

países negocien pautas comerciales –como una limitación voluntaria de exportaciones brasileñas a la Argentina– y que los acuerdos alcanzados sean monitoreados por los gobiernos, para corroborar su cumplimiento. En cambio, la postura brasileña –contra lo que se esperaba– fue negar cualquier intervención de los Estados en esos convenios entre privados.

También hubo un cruce de opiniones en torno de la creación de un tribunal permanente de resolución de controversias, que el gobierno argentino reclama para mejorar la calidad institucional del bloque y evitar que las peleas crezcan en intensidad cuando surgen diferencias comerciales. “Brasil entiende que no es necesario. Hoy tenemos un mecanismo completamente compatible con la OMC y no vemos razón para cambiarlo”, sostuvo el canciller de ese país, Luis Felipe Lampreia. (Página 12, 28-04).

Uruguay: Dos pilares para negociar en Mercosur

El gobierno uruguayo decidió sentar las bases de la difícil negociación automotriz del Mercosur en dos pilares esenciales: el acceso al mercado y la defensa de la industria nacional.

En este marco, los negociadores de Uruguay llevarán el 2 y 3 de mayo a la reunión de ministros de Industria del bloque una posición “firme” que maneje el criterio de “tratamiento asimétrico” entre los cuatro socios del Mercosur.

La posición uruguaya comenzó a coordinarse ayer a primera hora de la tarde en una reunión entre el presidente Jorge Batlle, el ministro de Relaciones Exteriores, el ministro de Economía y el ministro de Industria.

Según manifestaron el gobierno quiere un tratamiento que defienda a la industria nacional y que permita acceder a los mercados argentino y brasileño, tanto con automóviles ensamblados en Uruguay como con autopartes. Explicaron además que para lograr esto, Uruguay está dispuesto a permitir el acceso de producción automotriz de Argentina y Brasil con mayores preferencias a las actuales.

Los elementos de la negociación automotriz que más afectan a la industria nacional de autos son dos: los aranceles que deben pagar las plantas automotrices por la importación de kits desde Europa y el porcentaje de componentes extranjeros que pueden tener los vehículos armados en Uruguay para importarse sin trabas al Mercosur.

En la última reunión de ministros de Industria del bloque por el tema automotor, que se realizó en Buenos Aires el 6 de abril, el gobierno pidió que estos aranceles quedaran en 2% y que se permitiera que los autos uruguayos tuvieran un componente extranjero de 50%. Brasil y Argentina en su acuerdo automotor negociaron un arancel de 18% para este concepto y un componente extranjero máximo de 40%. En cuanto al acceso a los mercados, el gobierno se mostró dispuesto a aceptar que Argentina y Brasil limiten en cierto grado las importaciones de vehículos uruguayos a cambio de otorgarle estas otras concesiones. (El Observador, 25/04/00)

Visita del Gobernador Olívio Dutra a Uruguay

El Instituto Nacional de Vitivinicultura (INAVI) y el LATU asistirán el desarrollo de los vinos brasileños y del sector alimentos según un acuerdo que suscribió ayer con el estado brasileño de Río Grande del Sur, cuyo gobernador, Olívio Dutra, realizó ayer su primera visita oficial a Uruguay.

“Tratamos esta cuestión importante que es la integración, no solo económica, sino desde el punto de vista de una integración que realmente aproxime a nuestros pueblos para que se pueda construir la solidaridad en la región”, explicó. Dutra abogó por introducir “una pauta social que encare el problema del desempleo, del trabajo, de los derechos sociales, la seguridad social, la micro, pequeña y mediana empresa, que resuelva los problemas cotidianos de la vida de millares de personas en las regiones fronterizas”. (El Observador 27/04/00)

Juez brasileño trabó comercio de arroz

Con sorpresa y malestar recibió el sector arrocero el fallo de un juez de Porto Alegre que prohíbe el ingreso de arroz de Uruguay y Argentina a Brasil. El Tribunal Regional Federal de

Cuarto Turno de la cuarta región del estado de Río Grande del Sur, hizo lugar el martes al pedido de los productores locales de suspender las importaciones de arroz.

El ministro de Agricultura de Brasil, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, señaló anoche que recibió la sentencia con sorpresa y reconoció que lesiona las bases jurídicas del Mercosur. El secretario de Estado dijo que una instancia superior deberá anular en los próximos días el fallo del juez riograndense.

La decisión judicial establece la prohibición al ingreso del grano hasta tanto los productores de Uruguay y Argentina demuestren que las ventas no se realizan a un precio inferior al costo de producción, algo que fue juzgado como absurdo por voceros del sector en Uruguay, quienes remarcaron que se cumplió rigurosamente lo acordado en marzo: no colocar masivamente el grano en territorio brasileño en el momento de la cosecha regional.

El presidente de la Federación de Asociaciones de Arroceros (Federarroz), Antonio Eloi Paz, en declaraciones al diario riograndense Zero Hora, dijo que tras la decisión los problemas de comercialización de arroz en el Mercosur podrán ser discutidos de mejor manera.

Mientras, el sector arrocero uruguayo busca revertir la situación a través de la vía jurídica y de negociaciones políticas. Ayer se mantuvieron contactos con todos los ministerios involucrados al tiempo que se evaluaban los pasos jurídicos a seguir. (*El Observador* 27/04/00)

Acordo automotivo cria resistência

O acordo automotivo do Mercosul, que aparentemente estava fechado, volta a gerar problemas entre Brasil e Argentina e pode reabrir as negociações do setor. Itens que já contavam com isenção tarifária - como tratores, colheitadeiras, reboques e carrocerias para ônibus -, foram incluídos no regime de transição que terminará em 2006, quando o livre comércio será estabelecido para todo o setor. A decisão gerou indignação nas empresas brasileiras, que reivindicam uma revisão. 'Não queremos estar no regime automotivo', diz José Antonio Fernandes Martins, vice-presidente corporativo da fabricante brasileira Marcopolo e presidente do Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários (Simefre).

Pelo acordo, as empresas podem continuar exportando para a Argentina com tarifa zero desde que haja um equilíbrio entre compras e vendas. O que passar disso, receberá uma alíquota de 35%. Como o Brasil exporta mais que importa, praticamente toda a venda passará a ser taxada nos próximos 5 anos, já que não haverá equilíbrio. Fonte ligada à Adefa, entidade das montadoras de veículos da Argentina, diz que é válida a preocupação dos brasileiros porque assim não tem como compensar. (*Gazeta Mercantil Latinoamericana*, 24.04.00)

Flexibilidad ante postura de Uruguay para los autos

Al tiempo que los socios mayores del Mercosur dieron señales ayer de flexibilidad ante la decisión de Uruguay de no aceptar la elevación del arancel externo común de los automóviles, las negociaciones por el acuerdo automotor entre Argentina y Brasil sufrieron otra demora luego de que surgieron divergencias entre los negociadores reunidos en Buenos Aires.

Asimismo, los empresarios textiles argentinos y brasileños, embarcados en la búsqueda de un acuerdo de cupos y precios para las telas se reunieron el martes en San Pablo, tampoco lograron ponerse de acuerdo.

Técnicos argentinos y brasileños se reunieron ayer en Montevideo con el director nacional de Industrias y con el asesor del Ministerio de Economía, Carlos Arancet en la cual se mantuvieron las diferentes posiciones "en un ambiente diferente" en la cual según manifestaron se entendió claramente que el planteo de Uruguay apunta a defender y fortalecer el Mercosur.

Por su parte, los secretarios argentinos, Débora Giorgi y Horacio Chighizola, y los ministros brasileños Helio Mattar y José Botsfago Gonçalves fracasaron en convenir la "letra chica" del acuerdo, que deseaban tener pronto para lograr luego, en Montevideo, que Uruguay y Paraguay lo apoyen.

Brasil habría sugerido modificaciones en la letra de lo ya acordado. Fuentes automotrices revelaron que esos retoques apuntarían a mejorar las condiciones de ingreso de los fabricantes brasileños de maquinarias agrícolas y viales al mercado argentino. Además habrían solicitado una modificación en la fecha en que se pondría en marcha el acuerdo que, para el gobierno argentino, es el 1° de julio. (*El Observador* 28/04/00)

Un límite para las telas brasileñas

Los argentinos intentan poner algún tipo de límite al ingreso de telas brasileñas. Lo hacen a través de la gestación de un acuerdo en el sector privado y luego de que el Gobierno se viera obligado a levantar la protección arancelaria que regía para los textiles. Desde la devaluación del real, las telas que se fabrican en Brasil son, en promedio, un 20% más baratas que las argentinas. El acuerdo comenzó a escribirse ayer en San Pablo. Y los cupos y los precios de referencia regirán tanto para brasileños como para argentinos que exportan al Brasil.

Lo que está en juego es el intercambio de telas entre la Argentina y Brasil que involucra unos 40 millones de dólares al año. El precio de las telas incide en el precio final de la ropa. Para los empresarios, las telas forman parte de sus costos de producción. Con este acuerdo, los hombres de negocios de ambos países intentan recortarles el margen de acción a los intermediarios, es decir importadores y distribuidores, que son los que les venden a sus empresas. Fuentes argentinas consideraron que cuanto menores sean esos costos, más bajo será el precio de la ropa. (Clarín, 25-04).

Paraguay-Tráfico fronterizo es una prioridad en agenda bilateral con Argentina

El canciller nacional Juan Esteban Aguirre sostuvo que, en la agenda bilateral con la Argentina, una de las prioridades es el mejoramiento en el tráfico de frontera. Dijo que el mismo fue uno de los temas principales analizados durante la visita que realizó hace unos días a Buenos Aires y será una de las prioridades entre las cuestiones que serán analizadas durante la visita oficial que realizará el presidente Fernando de la Rúa el 14 y 15 de mayo próximo.

El canciller Juan Esteban Aguirre dijo que existe un mandato de los dos presidentes de profundizar las relaciones bilaterales entre ambos países y una intención de dar una solución a los problemas que se presentan en los principales pasos fronterizos. (*Abc*, 25-04) . ([regresar](#))

Empresas e Setores

Industrias Têxteis buscam acordo

Um acordo setorial integrado para fortalecer o setor têxtil de Brasil e Argentina como parceiros de um mesmo bloco comercial. Esse é o saldo do encontro que reuniu executivos da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) e da Federação da Indústria Têxtil Argentina (Fita), encerrado ontem na sede da entidade nacional, em São Paulo. 'Mais importante do que tratar de produtos é debater o universo têxtil de todo o Mercosul', declarou o presidente da Abit, Paulo Skaf.

Depois de quase três horas de discussões, os empresários de ambos os países tomaram a decisão de criar um comitê permanente com seis membros, três de cada lado da fronteira. O colegiado deverá receber sugestões enviadas por técnicos da Abit e da Fita até sexta-feira da semana que vem. A partir dessas proposições, o comitê poderá elaborar uma proposta e, no dia 26 de maio, deve apresentá-la aos governos brasileiro e argentino. (Gazeta Mercantil, 27.04.00)

Asistencia a productos riograndenses

El Instituto Nacional de Vitivinicultura (INAVI) y el LATU asistirán el desarrollo de los vinos brasileños y del sector alimentos según un acuerdo que suscribió ayer con el estado brasileño de Río Grande del Sur, cuyo gobernador, Olivio Dutra, realizó ayer su primera visita oficial a Uruguay. Dutra, destacado dirigente del Partido de los Trabajadores de Brasil, fue declarado Ilustre Visitante de la Ciudad por el intendente Alberto Roselli y se reunió con el presidente Jorge Batlle.

"Tratamos esta cuestión importante que es la integración, no solo económica, sino desde el punto de vista de una integración que realmente aproxime a nuestros pueblos para que se pueda construir la solidaridad en la región", explicó. Dutra abogó por introducir "una pauta social que encare el problema del desempleo, del trabajo, de los derechos sociales, la seguridad social, la micro, pequeña y mediana empresa, que resuelva los problemas cotidianos de la vida de millares de personas en las regiones fronterizas". Los convenios de cooperación científica y tecnológica destinados a los sectores vitivinícola y alimenticio de Río Grande del Sur suponen el intercambio de investigadores, técnicos, agricultores y empresarios; la realización de proyectos conjuntos de investigación en temas de interés recíproco; la organización de cursos y seminarios de formación de vitivinicultores y el intercambio de experiencias comerciales. Inavi y el gobierno estadual realizarán investigaciones conjuntas en el sector vitivinícola e intercambiarán materiales, equipamientos y mudas de vid y establecerán medidas para el control de enfermedades de las plantaciones, así como técnicas que intentarán mejorar la calidad de los productos y materias primas.

En el sector alimenticio, se instrumentará a través del LATU la realización de análisis químicos a carnes y derivados, residuos agrotóxicos y alimentos de animales genéticamente manipulados. (El Observador, 26.04.00)

HSBC y Merrill Lynch lanzan primer banco en Internet

El banco británico HSBC y el estadounidense Merrill Lynch anunciaron ayer la creación de una sociedad común al 50% para lanzar "la primera compañía mundial de banca y de servicios de inversión en línea", en la que pondrán conjuntamente un capital inicial de hasta US\$ 1.000 millones. En un comunicado, ambos grupos precisan que el nuevo banco en Internet se dirigirá a los clientes individuales en todo el mundo, excepto en Estados Unidos.

El nuevo banco, denominado por el momento Merrill Lynch HSBC, y cuyo nombre definitivo será anunciado próximamente, tendrá su sede en Londres y empezará a proponer sus servicios a lo largo del año en Reino Unido, Australia, Canadá, Alemania, Hong Kong y Japón. "Luego vendrán otras partes del mundo", añade el comunicado.

La entidad propondrá una cuenta de depósitos mediante la cual los clientes podrán invertir en una amplia gama de productos, incluidas acciones, obligaciones, fondos mutuos y productos adaptados fiscalmente a cada mercado.

Los clientes podrán tener acceso igualmente a informaciones sobre los mercados. Su cuenta, que les proporcionará un "interés elevado", será accesible mediante cheques, tarjetas de crédito, transferencias automáticas y distribuidores de billetes. (AFP) (Observador 22/04/2000)

UIA - Elección de autoridades

La Unión Industrial Argentina incorporó tres dirigentes a su Comité Ejecutivo y renovó en forma parcial la Junta Directiva, durante la elección de autoridades realizada en el 24/04 en la que se presentó una lista de unidad.

Los hechos más destacados son el regreso de las automotrices al nivel decisorio de la entidad (hace unos años decidieron retirarse del Comité Ejecutivo de la UIA) y la renuncia del representante del sector químico y petroquímico, que mantenía un serio enfrentamiento con varios miembros del Comité Ejecutivo por oponerse a la reforma laboral impulsada por el gobierno. Otro de los motivos del alejamiento tiene que ver con la oposición a distintas medidas de política industrial que propuso la UIA al gobierno.

En este aspecto el sector químico y petroquímico tiene una fuerte composición de grandes empresas, principalmente extranjeras, que más que nada se dedican a exportar commodities y, por ende, disienten con la postura de un mayor componente nacional que pregonan la entidad fabril. (Ambito Financiero, 25-04).

Siemens no instalará una fábrica en Córdoba

La empresa alemana Siemens dejó sin efecto su proyecto de instalar en la ciudad de San Francisco, provincia de Córdoba, una planta fabril destinada a la producción de cableado para el sector automotriz y otras ramas industriales.

El plazo original de instalación era de un año, aunque fue postergándose sucesivamente por los vaivenes bursátiles de los últimos tiempos en los mercados de capitales internacionales, hasta decidirse la cancelación definitiva de la iniciativa. (La Nación, 26-04).

Es récord la producción de acero

El sector siderúrgico informa que la producción del mes pasado resultó superior a la de febrero en el hierro primario (30,6%), el acero crudo (19,5%), los laminados no planos en caliente (13,2%) y los laminados planos en frío (5,3%). Sólo fue negativa la fabricación de laminados planos en caliente, que cayó 15,6% respecto del mes anterior.

Crecieron las ventas argentinas al Brasil

Las exportaciones de bienes argentinos al Brasil sumaron el mes último 560 millones de dólares frente a los 443 millones de igual mes de 1999 -un 26,4 por ciento más-, cuando la devaluación del real se sentía con fuerza en la economía nacional. Lubricantes y combustibles, cuyos precios subieron internacionalmente, impulsaron, en parte, ese saldo en favor, que beneficia las cuentas nacionales.

El superávit para la Argentina alcanzó a 72 millones de dólares contra 19 millones de déficit que se registró en el mismo lapso del año último. Estas cifras, que maneja el gobierno argentino, fueron difundidas por el Ministerio de Desarrollo, Industria y Comercio Exterior de Brasil. (La Nación, 24-04).

Petróleo, trigo y autos, motor de las exportaciones

En el primer trimestre las ventas de trigo y maíz se incrementaron un 36% en relación con el mismo período de 1999. Ya ello hay que sumarle aumentos en lácteos, mientras que en frutas se mantuvieron los mismos volúmenes del primer trimestre de 1999, pero con una tendencia de precios a la baja.

En el último mes las exportaciones de automóviles y utilitarios crecieron un 18% en relación con igual período de 1999. Sin embargo, en el trimestre las ventas a Brasil están aún un 15 % por debajo de las correspondientes al mismo lapso del año anterior.

Lo que más influyó fue el aumento del precio del petróleo y de la nafta, y el alza del volumen de compras de las fibras textiles argentinas. (La Nación, 27-04).

Créditos

Las empresas argentinas radicadas en Brasil y las brasileñas en la Argentina, podrían mejorar sus condiciones de financiamiento si prospera una iniciativa para que el Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (Bndes) de Brasil otorgue créditos blandos. La propuesta fue planteada por el Grupo Brasil -que agrupa a 190 compañías que operan en nuestro país- al secretario de Finanzas, Daniel Marx. (La Nación, 28-04).

OMC confirma que Embraer será punida

A OMC (Organização Mundial do Comércio) entregou ontem aos representantes dos governos brasileiro e canadense seu relatório final sobre a disputa comercial travada há meses entre Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) e Bombardier. O texto reprova o sistema de financiamento que tem sustentado as exportações das duas empresas.

O julgamento da OMC foi originado por uma reclamação da Bombardier, fabricante canadense de aviões, que acusa o governo brasileiro de conceder subsídios à Embraer. No ano passado, o governo brasileiro, temendo retaliações na OMC, antecipou-se e reduziu em quase 50% o subsídio embutido nos créditos concedidos pelo Proex (Programa de Estímulo às Exportações) à Embraer. Não adiantou. O governo canadense manteve sua demanda na OMC e venceu. Mas, curiosamente, também perdeu.

Segundo o vice-presidente de relações externas da Embraer, Henrique Rzezinski, o relatório deve pedir novas mudanças no desconto concedido pelo BNDES, reduzindo-o ainda mais. "Não estão muito claras quais são as alterações, mas eles pediram ajustes no Proex, porque as taxas de juros estariam muito baixas", disse.

Ele afirmou que espera que o governo brasileiro recorra da decisão na OMC. "O governo tem a última palavra. Eu acho que o governo vai apelar, porque ele já disse, reiteradamente, que vai honrar todos os contratos assinados." (FSP, 29/04/2000) ([regressar](#))

Relações Externas

O M C terá mecanismo para implementar acordos

Os países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) deverão aprovar no próximo dia 3 o estabelecimento de um mecanismo especial para tratar da implementação dos atuais acordos comerciais, que os países em desenvolvimento julgam desequilibrados em termos de direitos e obrigações. Também deverão estender o prazo para pôr fim a medidas de investimento ligadas ao comércio, conhecidas pela sigla inglesa TRIM, que deveriam ter sido eliminadas no dia 31 de dezembro de 1999. Com isso, a Argentina manterá seu regime automotivo por mais tempo, ainda em negociação. Buenos Aires pediu sete anos. A União Européia (UE) diz que não aceita dar mais de 18 meses.

Fora isso, na próxima semana o Conselho Geral, a instância máxima da OMC, deverá constatar 'progressos' nas consultas que já duram três meses para montagem do pacote de quatro medidas-chaves em favor de países em desenvolvimento e os mais pobres (LDC, least developed countries). (Gazeta Mercantil, 27.04.00)

Brasil acordó con México

Brasil y México alcanzaron ayer un acuerdo bilateral en el sector automotor entre la Asociación Nacional de Fabricantes de Vehículos Automotores de Brasil (Anfavea) y la Asociación Mexicana de la Industria Automovilística (AMIA). El documento oficial, que será divulgado en

los próximos días después de su protocolización en la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi), prevé una duración de dos años. En el primer año cada país podrá exportar 40.000 vehículos. En el segundo año de vigencia cada país podrá proceder a la venta de 50.000 vehículos con un arancel de importación del 8 por ciento, cuando actualmente es del 23 por ciento, hasta la finalización del acuerdo, el que podrá ser renovado.

Se reveló que la cantidad de componentes producido por cada uno de los países quedará en torno del 18 por ciento. (*La Nación*, 27-04).

Convite Público à Sociedade Civil dos Países Participantes da Alca¹

1. Na Quinta Reunião Ministerial de Comércio realizada em Toronto, em 4 de novembro de 1999, os Ministros Responsáveis por Comércio no Hemisfério receberam o relatório do Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil, o qual apresenta uma gama de pontos de vista recebidos de indivíduos e organizações do hemisfério. Os Ministros reafirmaram o compromisso com os princípios da transparência do processo na negociação, bem como o de realizar as negociações de maneira que se amplie a compreensão do público em geral e o seu apoio à ALCA.

2. Destacaram o estabelecimento do Comitê como o mecanismo para alcançar este compromisso e deram instruções para obter, de maneira permanente, a colaboração da sociedade civil em assuntos relacionados com o comércio de relevância para a ALCA, por meio de contribuições escritas, e utilizando como marco de referência a Declaração Ministerial de São José. Outrossim, solicitaram a apresentação de um relatório que contenha toda a gama de perspectivas recebidas, para sua consideração na próxima reunião ministerial programada para abril de 2001 em Buenos Aires.

3. O Comitê acusa recebimento dos aportes recebidos em resposta ao seu primeiro "Convite Aberto à Sociedade Civil" e agradece a todas as organizações e pessoas que dedicaram seu tempo e esforços para contribuir com seus pontos de vista. Levando em conta o seu mandato e a fim de obter de maneira permanente a colaboração da sociedade civil em assuntos relacionados com o comércio de relevância para a ALCA, utilizando como marco de referência a Declaração Ministerial de São José, o Comitê estende este convite, a partir de 10 de abril, à sociedade civil para que apresente seus pontos de vista por escrito, por correio, fax, correio eletrônico ou serviço de mensageiro.

4. A fim de ser considerado, cada documento deverá: · identificar a (s) pessoa (s) e/ou organização (ões) que apresente (m) seu/seus pontos de vista, indicando seu endereço; estar relacionado aos assuntos comerciais relativos ao processo da ALCA, utilizando como marco de referência as Declarações Ministeriais de São José e de Toronto; · estar escrito em forma concisa, em um dos idiomas oficiais da ALCA (espanhol, inglês, francês, português); · estar precedido pela informação solicitada no formulário anexo ao presente convite, também disponível no site oficial da ALCA <http://www.ftaa-alca.org> ; conter um resumo executivo, de no máximo duas páginas, que identifique os assuntos comerciais contemplados no documento e a forma em que os pontos de vista contribuem para o processo da ALCA, conforme o estipulado na Declaração Ministerial de São José;

O documento deve ser enviado diretamente ao Presidente do Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil, no seguinte endereço:

a/c Comitê Tripartite (Ref. Sociedade Civil)
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
1825 K Street NW, Suite 1120
Washington, D.C. 20006
Fax: (0XX1202) 296-0826 E-mail: socs@eclac.org

¹ Comunicado enviado pelo Itamarati às entidades que integram a Seção Brasileira do Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil na ALCA

5. O Comitê preparará o seu próximo relatório aos Ministros com base nos aportes que se ajustem ao parágrafo 4 deste convite e que sejam recebidos até o dia 30 de setembro de 2000. ([regressar](#))

Notas e Correspondências

Mercosul : publicações e informações

O Centro de Economia Internacional - CEI, da Argentina disponibilizou em sua home page a atualização do Anexo Estadístico del Mercosur .

Nele (<http://cei.mrecic.gov.ar/anexmer/indice.htm>) podem ser encontradas estatísticas dos quatro países do Mercosul e mais o Chile e a Bolívia -principais indicadores econômicos, prognósticos macroeconômicos, estatísticas de exportação e importação e de câmbio .

Do Brasil informações sobre o trabalho e os trabalhadores podem ser encontradas em três boletins eletrônicos recentes . O DIEESE, o departamento Intersindical de Estatística, mantido pelos sindicatos brasileiros, editou o ANOTE n.º 1, de abril de 2000, trazendo pontos para discussão para as campanhas salariais e indicadores estatísticos: emprego, renda e ICV (índice de custo de vida calculado pela entidade) . O mesmo pode ser obtido através de correspondência para gt_sat@dieese.org.br .

De Belo Horizonte, o Instituto de Relações do Trabalho, da Universidade Católica (PUCMINAS) nos chegou o Boletim IRT n.º 2, com importantes informações sobre a renda e o emprego na grande Belo Horizonte, além de um estudo sobre o salário mínimo na região . O boletim pode ser solicitado por correspondência para irt@pucminas.br .

E a Confederação Nacional dos Metalúrgicos , CNM/CUT publicou em primeira edição o seu boletim eletrônico CNM Internacional, com duas edições , uma em inglês e outra em português, com informações sobre as lutas e os problemas enfrentados pelos metalúrgicos brasileiros. O boletim já tinha uma edição voltada para os sindicatos brasileiros e agora se dirige aos sindicatos de metalúrgicos do mundo inteiro . Ele pode ser obtido por correspondência para cnmcut@ax.apc.org . ([regressar](#))

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

Coordenação- Ma. Silvia Portella de Castro



cesint@uol.com.br

cesint@sinectis.com.ar

cesi@y.com.uy